

CRÉDITO RURAL E AGRICULTURA FAMILIAR NAS POLÍTICAS PÚBLICAS E O DESENVOLVIMENTO LOCAL

Cristiano Domingos Martins

Especialista em Gestão em Cooperativas de Crédito – UNICENTRO. 2016.

e-mail: cristiano.max.martins@gmail.com

Luiz Fernando Machado Kramer,

Professor Orientador. Dr. Agronomia - Faculdade Guarapuava.

e-mail: luizfernandokramer@gmail.com

RESUMO

O avanço da globalização exige da agricultura familiar adaptações as constantes mudanças que ocorrem em todos os setores da economia. É primordial a capacidade de aprendizagem e de aceitação a mudanças, pois com o aumento da competitividade e do número de informações disponíveis, é necessário que produtores rurais reavaliem este cenário e busquem novas estratégias para seu desenvolvimento junto à sociedade. O crédito rural tem um papel de grande importância para o desenvolvimento do meio rural, principalmente para o conjunto de agricultores familiares, pois ele propicia a gestão de trabalho e renda, criando oportunidade para o fortalecimento das famílias agricultoras. Neste aspecto, o problema da pesquisa questiona: De que maneira é possível buscar o conhecimento para entender os efeitos do crédito rural para a agricultura familiar e para a microrregião de Schroeder? O presente trabalho tem como objetivo geral trazer para o leitor o conhecimento explorado com as bibliografias consultadas e dados levantados com a Cresol Schroeder, evidenciando as liberações de recursos vindos do BNDES, identificando e expondo os conceitos sobre agricultura familiar e o crédito rural, mostrando o quão importante é estar bem informado para desenvolver qualquer atividade, que por mais fácil que seja executá-la se faz necessário ter conhecimento para obter sucesso. A pesquisa se dará de forma bibliográfica e exploratória a partir de obras direcionadas ao crédito rural e a agricultura familiar e dados levantados com a Cresol Schroeder. As razões mais frequentes que levam o desenvolvimento local da agricultura familiar são as inúmeras formas de financiamento disponíveis no mercado, esta pesquisa buscou levantar conhecimento bibliográfico para expor este desenvolvimento.

PAVAVRAS-CHAVE: Cooperativismo; Crédito Rural; Agricultura Familiar, Pronaf.

ABSTRACT

The advance of globalization requires of family farming adaptations for the changes constant that occur in all sectors of the economy. It is vital to the ability of learning and acceptance to change, because with increased competition and the number of available information, it is necessary for farmers to reassess this situation and seek new strategies for its development in the society. Rural credit has a role of great importance for the development of rural areas, especially for the whole family farmers because it provides management of work and income, creating opportunity for the strengthening of farming families. In this aspect, the problem of research questions: How can seek knowledge to understand the effects of rural credit for family agriculture and the micro Schroeder? This work has as main objective to bring to the reader the knowledge explored with consulted bibliographies and data collected with Cresol Schroeder, showing the release of resources from the BNDES, identifying and explaining the concepts of family farming and rural credit, showing the how important is to be well informed to develop any activity, which is easier to run it is necessary to have knowledge to succeed. The research will bibliographic and exploratory way from works directed to rural credit and family farms and data collected with Cresol Schroeder. The most frequent reasons that local

development of family farming are numerous forms of financing available in the market, this survey covered biographical knowledge to explain this development.

KEYWORDS: Cooperative; Rural credit; Family Farming, PRONAF.

1. INTRODUÇÃO

Na atual economia moderna o crédito em geral é de grande importância, pois permite o aumento do número de negócios realizados, do número de bens produzidos e dos bens consumidos, mobilizando grandes quantidades de recursos a todo o momento, exercendo um papel determinante para que isso ocorra na velocidade exigida pela economia local para o desenvolvimento da agricultura familiar.

A palavra crédito tem a sua origem do latim: *creditum*, que significa confiança que se tem em algo. O crédito representa a confiança no cumprimento de obrigações. No Brasil o crédito rural foi institucionalizado em 1965, caracterizando-se como uma política de incentivo a atividade agropecuária, de maneira geral, o desenvolvimento social e econômico de uma nação tem no crédito estatal ou não, um de seus principais alicerces. O crédito rural é a base da política agrícola brasileira, tem a função e a finalidade de promover o crescimento e o desenvolvimento econômico das atividades agropecuárias brasileiras, mas também tem um grande papel no desenvolvimento social das famílias e das comunidades rurais(MAGRI, 2012).

O crédito tem um papel primordial para o desenvolvimento do meio rural, principalmente para o conjunto de agricultores familiares, pois ele propicia a gestão de trabalho e renda, criando oportunidade para o fortalecimento das famílias agrícolas. Desta forma será apresentado como o crédito rural com as linhas do Pronaf trazem benefícios para a população desta região onde o cooperativismo solidário atua.

Neste aspecto, o problema da pesquisa questiona: De que maneira é possível buscar o conhecimento para entender os efeitos do crédito rural para a agricultura familiar e para a microrregião de Schroeder?O presente trabalho tem como objetivo geral trazer para o leitor o conhecimento explorado com as bibliografias consultadas e dados levantados com a Cresol Schroeder, evidenciando as liberações de recursos vindos do BNDES, identificando e expondo os conceitos sobre agricultura familiar e o crédito rural e agricultura familiar nas políticas públicas e o desenvolvimento local mostrando o quão importante é estar bem informado para desenvolver qualquer atividade, que por mais fácil que seja executá-la se faz necessário ter conhecimento para obter sucesso

2. COOPERATIVISMO

O cooperativismo teve seu início devido à necessidade econômica e social dos colonos, onde se observava a carência de recursos para o desenvolvimento das atividades por ele exercidas. Desde a pré-história até o início no século (XVIII)são encontradas formas rudimentares de associações de pessoas, isso demonstra que a cooperação tem sido uma constante entre os seres humanos (HARTUNG, 1996).

Na Inglaterra, prejudicados pelo novo modelo industrial que substituiu o trabalho artesanal e outras atividades pelas máquinas que haviam sido inventadas, os trabalhadores tiveram que enfrentar os inconvenientes do desemprego, em virtude da mão de obra excedente sendo levados a se preocuparem com alternativas para garantirem o sustento de suas famílias. Pensando nas dificuldades e buscando soluções para os problemas que já se espalhara por toda Europa, eles ouviram a opinião de um companheiro que fora discípulo de Robert Owen, e decidiram pela criação de uma sociedade de consumo baseada no cooperativismo puro(HARTUNG, 1996).

Durante o século XVII, Plockboy (1659), incentiva a formação de grupos econômicos de agricultores, artesãos, marinheiros e professores para que se organizem em

associações de cooperação integral(Plockboy, 1659 apud HARTUNG, 1996).

Segundo Belles (1659), imagina “Colônias Cooperativas de trabalho”, congregando de 300 a 3.000 cooperados, que poderiam reduzir as suas próprias despesas, eliminando assim lucros de intermediários e interferências de terceiros. (BELLES, 1659 apud HARTUNG, 1996).

Robert Owen, nascido em 1771 no condado de Montgomery Inglaterra, iniciou sua vida de trabalho aos 10 anos de idade, trabalhará com tecelagem se tornando ainda jovem empresário deste ramo, administrando inúmeras indústrias. Pesaroso por ver que os demais empresários de seu país não se interessaram por suas ideias retira-se anos depois para os Estados Unidos da América onde tenta fundar, sem êxito, colônias baseadas na propriedade coletiva, as repúblicas ideais constituídas por 2.500operários (HARTUNG, 1996).

Assim então surgiu a primeira cooperativa em 21 de dezembro de 1844 no bairro de Rochdale, em Manchester na Inglaterra, criada com a união de 28 tecelões nascia a primeira cooperativa no então chamado Beco do Sapo (Toad Lane). Era um grupo de diversas ideologias e vivências; uns eram socialistas outros utópicos seguidores de Roberto Ower e outros simplesmente não tinham opiniões. Uns defendiam a chamada carta do povo movimento que pregava como solução o direito a voto para todos os cidadãos, outros faziam parte de sociedades beneficentes como a de combate ao alcoolismo, estes cidadãos habitavam a periferia de Manchester, uma grande cidade industrial (HARTUNG, 1996).

O cooperativismo de crédito é o grupo que mais cresceu no sistema financeiro nos últimos dois anos. Os empréstimos totais do sistema cresceram 50 %, atingindo R\$ 4,234 Bilhões. Ainda conforme a OCB, o sistema cooperativo representou em 2004 cerca de 1,4% do patrimônio de todo o sistema nacional.As operações de crédito, mais que quadruplicaram e passaram a representar 1,94% do total das operações de crédito na área bancaria, conforme Banco Central do Brasil (VILELA, 2007).

O cooperativismo, segundo Hartung (1996) evolui conquistando um espaço próprio, definido por uma nova forma de pensar do homem sobre seu trabalho e desenvolvimento social. O cooperativismo se tornou um instrumento pelo qual a sociedade se organiza através de ajuda mútua para resolver diversos problemas relacionados ao dia-a-dia. De acordo com a Política Nacional de Cooperativismo, definida pela lei 5.764/1971, art.3º, “... Celebram contrato de sociedade cooperativa as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum, sem objetivo de lucro”.

2.2 Cooperativismo no Brasil

A introdução do cooperativismo no Brasil se deu por volta de 1610, logo quando foram fundadas as primeiras reduções jesuítas houve a tentativa da criação onde prevalecesse a ajuda mútua, esse modelo de sociedade solidária entre missionários, indígenas e colonizadores visavam, em primeiro lugar ao bem-estar do indivíduo e da família acima dos interesses econômicos. Defendidos pelos religiosos e os padres, vigorou cerca de 150 anos entre os índios (PORT, 2012).

Durante a revolução industrial que transformou a Europa no século XVIII, fez com que muitas famílias de alemães e italianos vissem no Brasil uma nova perspectiva de futuro, neste cenário de crise entre 1824 e 1899 cerca de 80 mil alemães desembarcaram no Brasil vindo a se instalar grande parte no Rio Grande do Sul. Um deles com 34 anos de idade o Padre Jesuíta Theodor Amstad, suíço de nascença, mas ordenado padre na Inglaterra, depois de percorrer como mulas por anos entre 1885 a 1905 o município de São Sebastião do Caí, o missionário percebeu que várias eram as carências socioeconômicas dos imigrantes estabelecidos na região (HARTUNG, 1996).

Conforme Rodrigues (2006, p.34):

Se uma pedra se atravessar no caminho e 20 homens quiserem passar, não conseguiriam se um por um procurar remover individualmente, mas se as 20 pessoas se unem e fazem força ao mesmo tempo, sob orientação de um deles, conseguirão solidariamente tirar a pedra e abrir caminho para todos. Para defender esta ideia, Amstad percorria toda a região montando num burro em Nova Petrópolis, chega-se a dizer que o padre andou o suficiente para dar quatro voltas na terra na altura do equador.

O movimento cooperativo propriamente dito começou a ser conhecido no Brasil somente a partir de 1841, em Santa Catarina teve seu início quando o imigrante francês Benoit Jules de Mure tentou fundar na localidade de Palmital (pertencendo ao Município de São Francisco do Sul e hoje ao município de Guaruva),(HARTUNG, 1996).

Muitas das comunidades que se formaram em todo território nacional, mais especificamente no Sul, buscavam resolver seus problemas de consumo, de crédito e de produção, criando organizações comunitárias em moldes das que conheceram em suas pátrias de origem. Além das iniciativas já citadas podem-se mencionar ainda as de Rio Dos Cedros – SC, e Ouro Preto – MG (1889), Limira – SP (1891), Camaragibe – PE (1894), Petrópolis – RS (1902). Já no século XX entre a décadas de 50 e 60 o cooperativismo teve expressiva expansão no Brasil, estendendo-se a diversos seguimentos, hoje atua-nos mais variados setores(HARTUNG, 1996, p. 36).

A cultura da cooperação já é observada desde a época da colonização portuguesa, esse processo emergiu no Movimento Cooperativista Brasileiro surgido no final do século XIX, vivenciados por funcionários públicos, militares, profissionais liberais e operários, para atender às suas necessidades (OCB e FRENCOOP 2010, Agenda Legislativa do Cooperativismo). Segundo informações da OCB hoje o Brasil conta com aproximadamente 6.600 cooperativas, que possuem cerca de 9 milhões de associados, gerando trabalho e renda e promoção social.

2.3 Valores do cooperativismo

Os Valores do cooperativismo, de acordo com Pinheiro (2006) em uma convergência absoluta na doutrina universal em torno da matéria, diferentemente dos princípios demarcados formalmente, não apontam para um rol conclusivo ou exaustivo de valores, mas podem ser delimitados, na visão de Pinheiro (2006), a partir de eixos como:

Solidariedade – cuja essência compromisso na responsabilidade que todos têm como todos, fazendo a força do conjunto e assegurando o bem de cada um dos membros;

Liberdade – direito de escolha pela entidade cooperativa, tanto na hora do ingresso como no momento da saída;

Democracia – diretamente relacionada ao pleno direito de o associado participar da vida da cooperativa em toda a sua dimensão;

Equidade – manifesta fundamentalmente pela garantia da igualdade de direito;

Igualdade – impede a segregação em razão de condição socioeconômica;

Responsabilidade – tema ver com a assunção e o cumprimento de deveres;

Honestidade – é uma das marcas de pessoas de elevado caráter;

Transparência – diz respeito à clareza, aquilo que é sem ambiguidade, sem segredo;

Responsabilidade socioambiental – se conecta ao compromisso do empreendimento cooperativo.

O cooperativismo como se sabe é o único movimento socioeconômico do

planeta que se desenvolve sob uma mesma orientação doutrinária, e assim é desde o seu surgimento na primeira metade do Século XIX (1844), em Rochdale, na Inglaterra.(INFOCOS, 2010).

2.4 Princípios do cooperativismo

No início do século XIX são encontradas diversas formas de associações de pessoas. Isso demonstra que a cooperação tem sido uma constante no ser humano através dos tempos. As primeiras cooperativas surgiram na França e na Inglaterra, entre 1820 e 1840, já em 1864 foi fundada a primeira cooperativa de crédito no mundo, chamava-se Associação de caixas de empréstimos de Heddesdorf (PIONEIRO, 2006).

[...] a responsabilidade ilimitada e solidária dos associados, a singularidade de votos dos sócios, independentemente do número de quotas – partes, a área de atuação restrita, a ausência de capital social e a não distribuição de sobras, excedentes ou dividendos. Ainda hoje esse tipo de cooperativa é bastante popular na Alemanha (PINHEIRO, 2007, p. 150, *apud* MAGRI, 2012, p. 93).

Neste contexto por respectivas necessidades econômicas e sociais, muitas vezes com o objetivo de unir forças para enfrentar necessidades básicas de um determinado objetivo e de unir forças para enfrentar as necessidades básicas de um determinado grupo, torna-se relevante observar a base de toda essa estrutura. Diante disso Gabriel Junior (2011, p. 245) *apud* Magri (2012, p. 47) aponta os princípios fundamentais do cooperativismo como:

1º. *Adesão livre e voluntária*: cooperativas são organizações voluntárias abertas a todas as pessoas aptas a usarem seus serviços dispostas a aceitarem suas responsabilidades, sem nenhuma discriminação social, política ou religiosa; 2º. *Controle democrático pelos sócios*: as cooperativas democráticas são controladas por seus sócios, que participam ativamente no estabelecimento de suas políticas e na tomada de decisões. Homens e mulheres, eleitos como representantes têm responsabilidades perante os sócios. Nas cooperativas de primeiro grau, todos os sócios têm o mesmo peso nas votações (um sócio, um voto), as cooperativas de outros níveis também são organizadas de maneira democrática; 3º *Participação do sócio*: os sócios contribuem equitativamente e controlam democraticamente o capital de sua cooperativa. Ao menos parte desse capital é propriedade comum da cooperativa. Os sócios alocam as sobras para os seguintes propósitos: no desenvolvimento da cooperativa, possibilitando o estabelecimento de reserva parte das quais poderão ser indivisíveis; no retorno aos sócios na proporção de suas operações com a cooperativa; e no apoio a outras atividades que forem aprovadas pelos sócios; 4º *Autonomia e independência*: as cooperativas são organizações autônomas de ajuda mútua controladas por seus membros. Se elas entram em acordo com outras organizações incluindo as governamentais ou recebem capitais de origens externas, devem fazê-lo em termos que assegurem o controle democrático de seus sócios e mantenham sua autonomia; 5º *Educação, formação e informação*: as cooperativas oferecem formas para seus sócios, representantes eleitos, administradores e funcionários. Assim eles podem contribuir efetivamente para o seu desenvolvimento. São os sócios que informam o público em geral, particularmente os jovens e os líderes formadores de opiniões sobre a natureza e os benefícios da cooperativa; 6º *Cooperação entre as cooperativas*: as cooperativas atendem efetivamente seus sócios, mas também fortalecem o movimento cooperativo, trabalhando conjuntamente por meio de estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais; 7º *Preocupação com a comunidade*: as cooperativas

trabalham pelo desenvolvimento sustentável de suas comunidades por meio de políticas aprovadas por membros.

Estes princípios constituem a essência de todo o cooperativismo em geral e de forma específica a de crédito. Considerando isso, uma cooperativa de crédito deverá ter aspiração coletiva para realizar um projeto comum, baseado em regras discutidas e aceitas por todos para sua sobrevivência, ela tem a necessidade de adotar instrumentos de gestão e viabilizar sua sustentabilidade (GABRIEL JÚNIOR, 2011 *apud* MAGRI, 2012, p.49).

Através da sua atuação atual, as cooperativas de crédito injetam de forma direta recursos nos municípios onde atuam, esses recursos movimentam a economia local e com isso as cooperativas além de beneficiarem seus associados, também contribuem para o desenvolvimento local onde estão inseridas (PIONEIRO 2006).

No que se pensa em princípios do cooperativismo, esta ideia para algum esteja longe da realidade, mas para outros se mostra um desafio para buscar, mesmo com dificuldade sua interação na sociedade Brasileira, agregando e eles a evolução do pensamento social (BRAGA, 2002)

Segundo Maurer (1966) o cooperativismo partiu de um berço europeu e de espalhou pelo mundo, chegando até mesmo ao Japão nos fins do século XIX através do Visconde Shunagawa e do Hirata.

2.5 Cooperativas de Crédito

Cooperativas são sociedades civis compostas por pessoas, com um formato jurídico sem fins lucrativos. Integram Sistema Financeiro Nacional (SFN), desta forma seu funcionamento é regido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e suas operações fiscalizadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), (SOARES, 2008).

As cooperativas têm seu regimento estipulado pela lei nº 5.764, de 16 dezembro de 1971, que define a política de cooperativismo, contudo tem o papel de concessão de crédito e a prestação de serviços financeiros a seus associados de forma mais vantajosa, geralmente emprestando com menores taxas, suas remunerações de aplicação são atreladas a variação da CDI, da mesma forma se tem um rendimento mais vantajoso quando comparado aos bancos e financeiras (SOARES, 2008).

Levando em consideração a importância da cooperativa para o desenvolvimento do meio rural, é possível tomar como exemplo o Sistema Cresol, cooperativa está que pretende ser mais que um instrumento para facilitar o repasse de créditos oficiais a agricultores excluídos do sistema bancário. Bitencourt (2010, p. 74), *apud* INFOCOS, (2010, p. 254) relata que:

Na conceituação de cooperativa destaca-se a afirmação de que ela tem duas dimensões: a econômica e social. As demais empresas preocupam-se exclusivamente com a dimensão econômica, não colocando a dimensão social em destaque em suas atitudes. Os pecúlios assistenciais que distribuem aos funcionários, por exemplo, não caracterizam o sentido dado a uma cooperativa.

Como ponto estratégico o sistema Cresol tem o compromisso de promover o desenvolvimento local com base na agricultura familiar, onde requer seu próprio fortalecimento como agente deste desenvolvimento econômico. Para a Cresol o acesso ao crédito é fundamental para o avanço da organização econômica e social dos agricultores, tendo também como estratégia, vincular-se a diversas organizações que tem como eixo de atuação a promoção da agricultura familiar, dentre elas são: pequenas agroindústrias, Casas familiares Rurais, Escolas Comunitárias de Agricultores, Cooperativas, organizações profissionais, ONGs e sindicatos (INFOCOS, 2010).

Diante deste contexto, De acordo com o SEBRAE (2016) se destaca a vantagem de trabalhar com uma cooperativa que oferece menores taxas de juros com relação às praticadas no mercado, oferecendo os mesmos produtos que um banco privado ou público oferece como talões de cheques, transferências, empréstimos. As cobranças de tarifas são sempre inferiores às cobradas nos bancos, a aplicação caso o associado tenha uma reserva disponível, pode ser aplicada em forma de depósito a prazo, podendo apresentar rendimento superior aos pagos no mercado pelo fato de ter isenção tributária que permite melhor remuneração ao investimento. O Quadro 01 demonstra as vantagens de se trabalhar com uma cooperativa.

Quadro1. Diferença entre Bancos X Cooperativa.

BANCOS X COOPERATIVAS DE CRÉDITO		
	Bancos	Cooperativas de crédito
Rede de atendimento	Sim*	Sim
Conta corrente	Sim	Sim
Limite em conta	Sim	Sim
Cartão de crédito	Sim	Sim
Talão de cheque	Sim	Sim
App móbile	Sim	Sim
Gestão democrática	Sim	Sim
Participação nas decisões da instituição	Não*	Sim
Gestão democrática	Não	Sim
Distribuição de Resultados	Não	Sim
Retenção de recursos financeiros na comunidade	Não	Sim
Crescimento coletivo	Não	Sim
Transparência na gestão	Não	Sim
Você é dono de uma parte do negócio	Não	Sim

Fonte: Sicredi (2013).

* Sim: Trabalho como o produto; Não: Produto não comercializado.

Diferença entre bancos e cooperativas: Bancos – os clientes possuem nenhum tipo de participação na condução dos negócios e geralmente só é informado das mudanças depois que acontecem. As decisões partem dos acionistas majoritários e os lucros são distribuídos entre os acionistas. Cooperativas – os sócios têm voz nas assembleias que decidem o rumo dos negócios, as reuniões acontecem religiosamente para apresentação dos resultados. Os bancos não esclarecem em qual região os lucros foram aplicados já nas cooperativas as sobras ou os resultados positivos são distribuídos entre os associados conforme sua movimentação na cooperativa.

3. AGRICULTURA FAMILIAR

No que tange a agricultura familiar é possível observar que é um importante setor, amplo e complexo. Três ministérios estão vinculados a ela, MAPA – Ministério da Agricultura, pecuária e abastecimento, MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário e o MPA – Ministério da pesca e Aquicultura. O agronegócio gera grandes debates, mas a importância da agricultura vai muito além do negócio, do peso puramente econômico, ela é um espaço que gera oportunidade de melhoria das condições de vida, de aprendizado e subsistência (ALTAFIN, 2007).

Com o passar do tempo, segundo Altafin (2007) ocorreram várias mudanças e conquistas através do diálogo entre as organizações da agricultura familiar e o governo,

com a contribuição de diversos pesquisadores que promoveram grandes reflexões sobre o desenvolvimento rural. Wanderley (1999, p. xx), *apud* Altafin (2007, p. xx) considera:

O agricultor familiar com mais instrução, ou seja, mais atualizado, convergido ao mercado competitivo, ainda possui hábitos de camponeses, tanto porque ainda tem que driblar os velhos problemas, até então não resolvidos, nas condições da modernização brasileira, continua a contar, na maioria dos casos com suas próprias forças.

Wanderley (1999, p. 52) considera que o agricultor familiar, mesmo que moderno inserido ao mercado, “[...] guarda ainda muitos de seus traços camponeses, tanto porque ainda tem que enfrentar os velhos problemas, nunca resolvidos, como porque, fragilizado, nas condições da modernização brasileira, continua a contar, na maioria dos casos, com suas próprias forças”.

A agricultura familiar representa um sistema de produção familiar no qual os membros desta se envolvem no processo produtivo, aproveitando os resultados gerados no final do ciclo, caracterizando uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalhos estão inteiramente ligados. Da mesma forma que há a necessidade de contratar mão de obra, ela ocorre de forma a complementar a força de trabalho da família no campo. Mesmo considerando que a teoria de Chayanov reflete o contexto das mudanças na estrutura agrária da Rússia no início do século 20, suas reflexões ainda hoje são consideradas de grande utilidade. Por exemplo, sua noção de ciclo demográfico ajuda a explicar as diferenças de possibilidades da agricultura familiar em adotar novas tecnologias e assumir riscos (CHAYANOV, 1974).

Em outra percepção, primordial para a compreensão dos agricultores tradicionais, é seu sistema de produção do tipo policultura - pecuária. A grande variedade de culturas configura-se como parte da estratégia adotada pela família camponesa, que tem na combinação com a criação de animais sua alternativa de fertilização dos solos e melhoria na produtividade dos cultivos (WANDERLEY, 1999).

Nesse aspecto, vale ressaltar que diferente da situação clássica, o camponês no Brasil sempre ocupou espaços deixados pela grande agricultura, e devido a esse caráter marginal, encontra dificuldades para implantar um sistema produtivo do tipo policultura - pecuária. Existe uma carência de criações ou há pouca área para as mesmas sempre afetou a possibilidade de fertilização natural, o que o camponês compensava (e ainda compensa) com constantes deslocamentos em busca de áreas de cultivos. O compromisso com a reprodução da família se dava pela prática de uma agricultura itinerante e pelo sistema de posse precária da terra (WANDERLEY, 1999).

3.1 Crédito Rural - PRONAF

O artigo 2º do decreto nº. 58.380, de 10 maio de 1996, define crédito rural como o suprimento de recursos financeiros a produtores rurais, desta forma entende-se que crédito é o suprimento de um recurso presumivelmente bem aplicável. O crédito rural em 1965 era executado somente pelo Banco do Brasil, através de sua carteira de crédito agrícola e industrial, criado em 1935, atualmente, o Sistema Nacional de Crédito Rural é constituído de órgãos básicos, vinculados e articulados.

O crédito rural é um instrumento que proporciona aos produtores rurais a oportunidade de se desenvolver economicamente, aprimorar suas técnicas de produção, melhorar o plantio, gerando uma produção mais eficaz e mais rentável. Tem por principal objetivo estimular os investimentos rurais efetuados pelos produtores ou por suas cooperativas (FONTE, ANO).

Segundo Roman e Delgado (2004, p. 98):

A implementação do Pronaf foi um instrumento importante para a consolidação da “agricultura familiar” como categoria, tanto no campo dos atores sociais rurais quanto em relação ao próprio Estado, através de seu reconhecimento formal e prático não apenas como objeto específico de política pública, mas de política de âmbito nacional. Desta forma a noção de agricultura familiar passou a fazer parte do discurso político referente não somente à questão agrária e agrícola, mas também aos debates sobre comércio internacional e modelos de desenvolvimento. Temas como segurança alimentar, multifuncionalidade e agroecologia, por exemplo, tem na agricultura familiar uma categoria referencial.

Ainda Segundo Muller (1989 p. 12-13):

Em razão da maior organização social e política do segmento familiar, as reivindicações são ampliadas para além de crédito e assistência técnica. Sobretudo a partir do ano 2000, temas como comercialização da produção, acesso a mercados e garantia de preços figuram entre as principais reivindicações dos movimentos de agricultores familiares. Os agricultores descobrem-se enquanto atores, tendo poder de reivindicar e influenciar as políticas públicas.

A partir da segunda metade dos anos 90 ocorreu para a agricultura um momento de ruptura. O passado onde havia uma intensa intervenção pública com recursos abundantes, cujo benefício poucos usufruiu, em contrapartida o crescimento da crise econômica interna e a pressão dos movimentos sociais levaram a que se promulgasse em 1991 a lei agrícola prevista na constituição federal de 1988. Em 1993 um movimento denominado grito da terra, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) reivindica um programa de crédito subsidiado para os agricultores familiares. Em resposta surge o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (Provap). Em 1995 é criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) (PORT, 2014).

4. LINHAS DO PRONAF COMERCIALIZADAS NA CRESOL SCHROEDER

Com a premissa de fortalecer a agricultura familiar o governo federal criou, em 1996, o programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar (PRONAF), nos últimos anos tem intensificado seus esforços no sentido de realmente fortalecer a agricultura familiar, portanto dentro do Pronaf o governo ampliou as linhas de crédito e de apoio a comercialização de produtos.

O acesso a este programa deve ser por agricultores familiares, onde eles sejam proprietários assentados, posseiros, arrendatários ou parceiros, que utilizam a mão de obra familiar que tenham até dois empregados permanentes.

Conforme dados coletados na Cresol de Schroeder, as linhas mais comercializadas na região foram *Pronaf Mais alimentos* -crédito para investir no aumento da produção, da produtividade e na redução dos custos, elevando a renda familiar. *Pronaf Custeio* -crédito para custear as despesas da produção agrícola e pecuária. *Pronaf Agroindustrial Investimento* - crédito para investir no beneficiamento, processamento, na armazenagem e comercialização da produção agropecuária, de produtos florestais, artesanais e na exploração de turismo rural. *Pronaf Mulher* - crédito de investimento para atender às necessidades da mulher produtora rural. *Pronaf Jovem* - crédito para atender as necessidades de investimento de jovens agricultores. *Proagro* – proteção quando há ocorrência de sinistro na lavoura agrícola. *Pronaf grupo b*- crédito para investir na implantação, ampliação e modernização da infraestrutura de produção e serviços, no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas (Port, 2012).

Figura 2. Mapa estado de Santa Catarina
 Fonte: Google maps. (2016).

Em 47 anos de história, o município passou por crescimento na população e no desenvolvimento, com o surgimento de indústrias. Aos 87 anos o schroedeense Ludgero Tepasse acompanhou toda a evolução do município. Tepasse conta que, quando a cidade se emancipou todas as ruas eram de barro, e dois funcionários contratados pela Prefeitura andavam a pé e de bicicleta tapando os buracos que existiam com pás. O prefeito ganhava mensalmente 270 cruzeiros, a moeda da época. “Assumir como prefeito foi uma emoção e ao mesmo tempo uma dor de cabeça, pois havia muito para se fazer. A Prefeitura nem tinha um livro-caixa. Éramos eu e mais dois funcionários. Eu era quem fazia toda a contabilidade”, afirma (IBGE, 2016).

O território de Schroeder fazia parte do dote da Princesa Dona Francisca, irmã de Dom Pedro II, que se casou com o Príncipe de Joinville, François Ferdinand D’Orléans. A origem do nome “Schroeder” é em homenagem a Christian Mathias Schroeder (natural de Hamburgo), que receberam do Príncipe as terras para serem colonizadas. Colonização do local começou em 1901, quando descendentes germânicos começaram a povoar as imediações de Schroeder I. Em 1919, vieram os colonizadores italianos e as atividades foram se diversificando, com surgimento de olarias e compra e venda de produtos agropecuários (IBGE, 2016).

A abordagem do desenvolvimento local sustentável enfatiza a dimensão territorial do desenvolvimento, considerando as pessoas e as instituições, a prefeitura de Schroeder faz um trabalho muito importante com seu planejamento junto a Secretaria da Agricultura, que conta com engenheiros agrônomos e veterinários, a mesma tem a programação de efetuar a compra de 30% da produção da agricultura para abastecimentos das escolas. Com isso a agricultura se mantém viva na região fortalecendo a vida no campo e devolvendo a economia local.

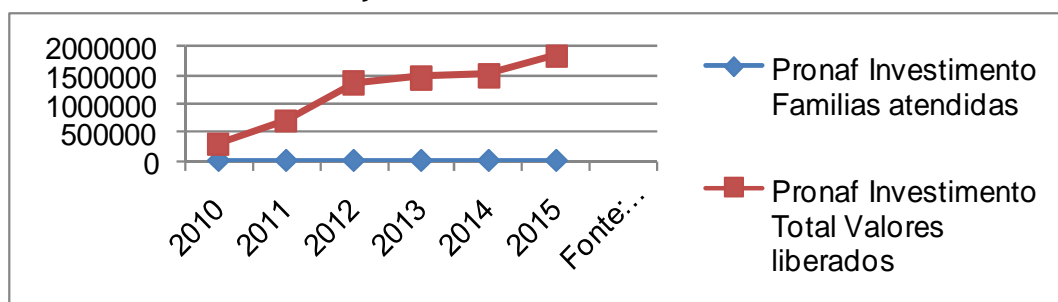
Aspectos estes que podem ser observados a partir dos recursos liberados pela Cresol entre 2010 a 2015 onde os mesmos permitiram que agricultura da região de Schroeder se desenvolvesse, ver Quadro 02.

Quadro 2. Recursos PRONAF Investimento

Pronaf Investimento			
Ano	Famílias atendidas	Total	Valores liberados
2010	7	R\$	301.058,47
2011	12	R\$	692.652,17
2012	34	R\$	1.370.700,49
2013	35	R\$	1.459.462,14
2014	35	R\$	1.501.437,61
2015	33	R\$	1.836.486,09

Fonte: Cresol Schroeder (2016)

Quadro 3. Gráfico de liberações de Investimento



Fonte: Cresol Schroeder 2016

Os dados apresentados no Quadro 02 permitem observar que o crescimento de 2010 para 2015 foi gradativamente significativo, estes resultados mostram que cada vez mais o agricultor familiar se preocupa com o desenvolvimento da atividade no campo, nestes termos os dados apresentados demonstram que o crescimento do primeiro ano para o último, foi de 610%.

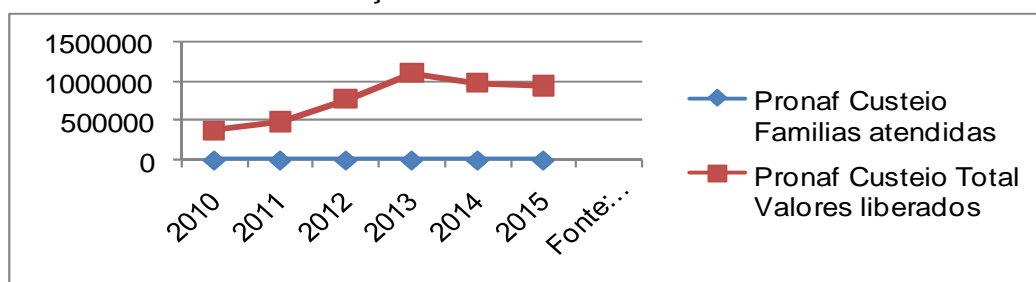
O crédito rural para a agricultura familiar é um dos grandes responsáveis pela inclusão social de muitos agricultores, que antes eram esquecidos pelo sistema financeiro tradicional, às vezes por residirem no interior de pequenos municípios e muitas por movimentarem pequenas máquinas de dinheiro, a economia local se movimenta mais acelerada quando os agricultores possuem renda, já que toda uma gama de agentes se beneficia desta situação. A linha do Pronaf investimento fortalece o círculo de produção do homem na lavoura, a principal utilização destes recursos na região de Schroeder se volta para o investimento em maquinário permitindo melhorar o desenvolvimento das atividades no campo, como compra de tratores implementos agrícolas, utilitários para transporte de produtos, preparação de áreas para plantio, construção de galpões para guarda da safra. Estes recursos liberados para a região geram a movimentação de grande montante de recurso, aquecendo a economia local, gerando emprego e renda. Outra linha de crédito é o Pronaf custeio, os valores disponibilizados estão expressos no Quadro 03.

Quadro 4: Recursos PRONAF Custeio

Pronaf Custeio			
Ano	Famílias atendidas	Total	Valores liberados
2010	25	R\$	379.350,02
2011	37	R\$	487.798,39
2012	53	R\$	768.738,09
2013	59	R\$	1.094.109,09
2014	53	R\$	972.649,22
2015	64	R\$	935.061,26

Fonte: Cresol Schroeder 2016

Quadro 5: Gráfico de Liberações de Custeio



Fonte: Cresol Schroeder 2016

A Cresol já atua há 10 anos em Schroeder, desde sua chegada na região com os recursos liberados para seus associados, onde os quais estão inseridos na agricultura familiar local verifica-se que desenvolvimento é gradativamente contínuo.

As culturas mais utilizadas na região de Schroeder, e financiadas por meio da linha Pronaf Custeio são: Banana, Arroz, Milho, Palmeira, Soja, Pepino e Hortaliças. Por meio do Quadro 03 é possível observar um crescimento de 246% na liberação de custeio entre 2010 a 2015, estes recursos vêm para Schroeder, tendo o intuito de alavancar a produção dos pequenos e médios produtores.

A Cresol vem desenvolvendo um papel muito importante em seu local de abrangência em Schroeder. Os dados dos Quadros 02 e 03 permitem observar a partir da

liberação de recurso um crescimento nas atividades na agricultura local, este crescimento para o município é muito importante aquecendo a economia local.

5. CONCLUSÃO

O crédito rural é de grande importância para o desenvolvimento local, levando em conta o interesse de aprendizado do homem no campo. Sendo para a agricultura familiar um dos grandes responsáveis pela inclusão social de muitos agricultores que antes eram esquecidos pelo sistema financeiro tradicional, às vezes por residirem no interior de pequenos municípios e muitas vezes por movimentarem pequenas quantias de dinheiro eram deixados de lado. O crédito permite o aquecimento da economia local já que reflete em ganhos em toda uma gama de agentes.

O presente trabalho, conclui que o crédito rural vem fazendo um grande papel para o desenvolvimento local no município de Schroeder, onde a Cresol atua com os repasses de recurso de custeio e investimento atendendo o agricultor familiar da melhor forma, suprimindo sua necessidade de crédito para investir em sua propriedade.

Os dados coletados para esta análise foram fornecidos pela Cresol Schroeder, onde se observou o considerável crescimento no quesito custeio e investimento tendo como base o período de tempo analisado de 2010 a 2015. O Quadro 02 demonstrou que o crescimento do primeiro ano para o último foi de 610%, já os dados apresentados no Quadro 03 indicaram um crescimento de 246% do primeiro ano para o último comprovando a importância do crédito rural para agricultura familiar.

6. BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. São Paulo: HUCITEC, 1992.

ALTAFIN, Iara. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Brasília: CDS/UnB, 2007.

BRASIL. **LEI Nº 5.764, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1971**. disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5764.htm. Acesso em 29/05/2016. Publicada em, Brasília, 16 de dezembro de 1971; 150º da Independência e 83º da República.

Banco Central do Brasil. **FAQ - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf**. Atualizado julho de 2015. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?PRONAFFAQ>>. Acesso em: 31 maio 2016.

BRAGA, M, J. PEREIRA, J, R. CANÇADO, A, C. VIEIRA, N, S. CARVALHO, D, M. CETTO, V. M.; RIGO, A. S. **Tirando a máscara: princípios cooperativistas e autenticidade das cooperativas**. Viçosa, UFV, 2002.

BRUG, Camie Van der. **Terra, Luta e Lar**. Curitiba: Inverso, 2015.

CHAYANOV, Alexander V. **A organização da unidade econômica camponesa**. Buenos Aires: Editora. Nueva Visión, 1974.

CANÇADO, Airton Cardoso; GONTIJO, Mário César Hamdan. **Princípios cooperativistas: origem, evolução e influência na legislação brasileira**. Encontro de Investigadores Latino-Americano de Cooperativismo, v. 3, 2005

DELGADO, Nelson; ROMANO, Jorge. **Os planos municipais de desenvolvimento rural como processos sociais**. In: Mundo rural e cultura. Rio de Janeiro. Mauad, 2002.

IBGE. **Santa Catarina, Schroeder**. Disponível em, <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=421740>. Acesso em 30/05/2016.

INSTITUTO DE FORMAÇÃO DO COOPERATIVISMO SOLIDÁRIO. **Ensaio sobre o Cooperativismo Solidário**. Francisco Beltrão: Midiograf, 2010.

INSTITUTO DE FORMAÇÃO DO COOPERATIVISMO SOLIDÁRIO. **Saberes da cooperação**. Francisco Beltrão: Grafisul, 2015.

INSTITUTO DE FORMAÇÃO DO COOPERATIVISMO SOLIDÁRIO. **Gestão em Desenvolvimento com Ênfase em Cooperativismo**. Francisco Beltrão: Grafisul, 2008.

INSTITUTO DE FORMAÇÃO DO COOPERATIVISMO SOLIDÁRIO. **Gestão em Desenvolvimento com Ênfase em Cooperativismo; Economia, Políticas Públicas e Desenvolvimento rural Sustentável**. Francisco Beltrão: Grafisul, 2008.

LAMARCHE, Hugues. **A agricultura familiar: comparação internacional**. Tradução: Ângela Maria NaokoTijiwa. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993.

MAGRI, Cleidir, A. CORREA, Ciro, Eduardo. **Cooperativismos de crédito Família e Solidário: instrumento de desenvolvimento e erradicação da pobreza**. Passo Fundo: IFIBE, 2012.

MEINEN, Ênio; PORT, Márcio. **O Cooperativismo de Crédito Ontem, Hoje e Amanhã**. Brasília: Confabras, 2012

MEINEN, Ênio; PORT, Márcio. **Cooperativismo Financeiro Percursos Históricos, Perspectivas e desafios**. Brasília: Confabras, 2014

MIRANDA, M.B. **Títulos de crédito**. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

MULLER, G. **Complexo industrial e modernização agrária**. São Paulo: Hucitec, 1989.

PINHEIRO, Marcos Antonio Henriques. **Cooperativismo de crédito: história da evolução normativa no Brasil**. 4. Ed. Brasília: BCB, 2006.

RODRIGUES, Roberto. **Evolução do Cooperativismo no Brasil: DENACOOOP em ação/ Ministério da Agricultura, Pecuária e abastecimento – Brasília: Mapa, 2006**. Disponível: http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Cooperativismo%20e%20Associativismo/Publica%C3%A7%C3%B5es%20e%20M%C3%ADdias/Evolu%C3%A7%C3%A3o%20do%20Cooperativismo%20no%20Brasil%20Denacooop%20em.pdf. Acesso em 20 de maio de 2016.

SICREDI. **A diferença entre bancos e cooperativas de crédito**. Publicado em 17/12/2013. Disponível em: <http://www.gentequecooperacresce.com.br/site/post.php?t=a-diferenca-entre-bancos-e-cooperativas-de-credito&id=1652>. Acesso em 29/07/2016.

SOARES, Marden, Marques; SOBRINHO, Melo; MICROFINANÇAS, A. D. **O papel do Banco Central do Brasil e a importância do cooperativismo de crédito**. Brasília: BCB, 2008.

VILELA, Dirley Lemos; NAGANO, Marcelo Seido; MERLO, Edgard Monforte. Aplicação da análise envoltória de dados em cooperativas de crédito rural. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 11, n. SPE2, p. 99-120, 2007.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (org.). **Agricultura Familiar Realidades e Perspectivas**. 2^a.ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. Cap. 1, p. 21-55.

ZIGER, V. **O Crédito Rural e a Agricultura Familiar**: desafios, estratégias e perspectivas. Livro SEBRAE – Serviços Financeiros, v.5, 2013. Disponível em: <<http://www.cresol.com.br/site/upload/downloads/183.pdf>>. Acesso em 11 de maio 2015.